

GIULIANNA CALMON FARIA: Boa noite. Boa noite a todos. Vamos dar início à audiência pública. O governo do Estado do Espírito Santo, por meio do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – IEMA, realiza audiência pública para o projeto de subestação em Rio Novo do Sul, e linhas de transmissão associadas. O mediador dessa reunião será Giuliana Calmon Faria, agente de desenvolvimento ambiental e recursos hídricos, suplente Silvana Coutinho Ramos, agente em desenvolvimento ambiental e recursos hídricos, secretária Jéssica Moreira Togneri. O desenvolvimento da audiência terá a seguinte dinâmica, a apresentação sobre licenciamento ambiental pelo IEMA, apresentação do estudo de mapa ambiental pelo representante da consultoria. Teremos depois 15 minutos de intervalo para elaboração das perguntas, debate e encerramento. Daremos início à leitura das regras para o bom andamento da audiência pública. Todos os que se encontram nessa audiência deverão assinar a lista de presença. Duração da audiência pública poderá ser de duas horas, podendo ser prorrogada por mais 30 minutos, conforme a quantidade de perguntas encaminhadas à mesa. Os interessados em formular perguntas deverão preencher o formulário entregue na chegada, incluindo nome e endereço para correspondência, para que as mesmas sejam encaminhadas à mesa. As inscrições para as perguntas escritas e orais serão encerradas trinta minutos após o início dos debates. As perguntas recebidas serão distribuídas aos integrantes da mesa para respectivo pronunciamento. Após todas as perguntas escritas e encaminhadas à mesa, tendo sido respondidas será aberto espaço para realização das perguntas orais. Neste momento o mediador cederá a palavra para os inscritos para as perguntas conforme a ordem das inscrições. Somente serão respondidas questões que tratam do empreendimento em discussão nessa audiência pública, não haverá debate sobre assuntos como parques e outros empreendimentos na região. Não haverá tempo para se deslocar pela aprovação ou rejeição do empreendimento discutido nessa audiência pública. Para as perguntas orais cada participante terá o tempo de até dois minutos para elaborar a pergunta e o componente da mesa para qual a pergunta foi feita terá três minutos para as respostas. O tempo de inscrição para intervenções orais será encerrado trinta minutos do início das respostas às perguntas escritas. A ata transcrita dessa audiência estará à disposição no site do IEMA anexada à lista de presença e das perguntas feitas por escrito durante a mesa, a partir do dia 24 de novembro de 2017. Ou

seja, dez dias úteis contados a partir de hoje. Neste mesmo dia, 24 de novembro de 2017, a ata dessa audiência também se encontrará disponível no site do IEMA. Apresentamos a técnica do IEMA responsável pela análise do processo de licenciamento ambiental da subestação Rio Novo do Sul e linha de transmissão associadas. Alessandro Arantes do Nascimento, Elias Alberto Norma, Ney Hudson Batista, e também presentes pelo IEMA: Julianna Calmon Faria, sou eu, Maria Sepulcri Salaroli, coordenadora, Silvana Coutinho Ramos, e o diretor técnico do IEMA Décio Moreira Ribeiro. Iniciarei realizando uma breve apresentação do que é uma audiência pública, e em seguida desse momento de participação pública e em seguida o representante da Azurit, Luciano Cota, vai apresentar o projeto. A gente vai fazer uma explicação prévia aqui como foi o licenciamento ambiental, do que que é esse momento que a gente está vendo aqui de audiência pública e apresentação do projeto, e o quão importante cada um de vocês aqui para a gente do órgão ambiental no processo de tomada de decisão. Meu nome é Julianna Calmon Faria, eu trabalho no IEMA. A chegada de grandes empreendimentos de empreendimentos de grande porte, em qualquer região acaba gerando expectativa. Expectativa da população, a mudança da qualidade de vida ambiental dela. E é importante para a inclusão da sociedade, o processo de tomada de decisão, o poder da decisão, o licenciamento ou não do empreendimento, da vinda ou não desse empreendimento analisando todos os fatos. O que que é uma licença ambiental? A licença ambiental é um ato administrativo pelo qual o órgão competente estabelece condições, restrições e medidas de controle ambiental, que deverão ser obedecidos pelo empreendedor, na forma a prevenir, de forma a prevenir os impactos ambientais. Quem precisa licenciar? Todas as atividades que utilizam recursos naturais, seja posto de gasolina, seja uma usina siderúrgica, todas as atividades com atividades que precisem, que utilizem recursos naturais elas são passíveis de licenciamento. O que subsidia essa análise, essa tomada de decisão do órgão ambiental? São todos os custos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de qualquer projeto. E aí a gente tem alguns exemplos do que são esses estudos. O RADA usado para avaliação ambiental preliminar, Programa de Controle Ambiental. E aí no nosso caso o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental, que vai ser usado para subsidiar a análise desse empreendimento. Como que funciona o

licenciamento? Uma pessoa física ou jurídica, não é, o empreendedor, o interessado em montar e realizar um projeto ele manda uma carta consulta para o órgão ambiental, o órgão ambiental define que tipo de estudo vai ser realizado para aquele empreendimento, aquele tipo de empreendimento. É elaborado um termo de referência. O termo de referência é um guia de como que o estudo ambiental vai se dar. Então todo o conteúdo do estudo ambiental que vai ser apresentado para subsidiar a tomada de decisão do órgão, ele é, ele segue o termo de referência. Esse termo de referência a empresa elabora e apresenta o estudo, esse estudo é realizado uma análise e aí o órgão ambiental solicita ou não complementações, caso ele veja se é necessário, se há necessidade ou não, de realizar complementações. Após essas complementações é feita audiência pública ou reunião pública, que a gente também utiliza aqui no estado. Aí o órgão ambiental ele defere ou indefere aquele projeto. No caso de indeferir o projeto, o interessado por alterar o projeto, ele pode também, algumas vezes até ele acaba desistindo, fazendo outro projeto. Mas no caso de o órgão ambiental aceitar o projeto e deferir a licença, é emitido uma licença ambiental e depois existe o acompanhamento de condicionantes que é a parte de controle ambiental do projeto. Quais tipos de licença ambiental? Os tipos de licença ambiental mais utilizados no estado, e que é o tipo que a gente utiliza desse tipo de empreendimento, que está iniciando ainda, é licença prévia, que está na fase inicial do projeto. A licença prévia ela não dá direito ao empreendedor de alterar a área, de iniciar a instalação, ele não pode mexer em nada na área. Na fase de instalação, o órgão autoriza a instalação daquele empreendimento, a construção daquele empreendimento, aquele projeto. E na licença de operação o órgão ambiental autoriza a operação do empreendimento. E aí o quê que é a participação pública, esse momento que a gente está vivenciando agora. A participação, ela é estimulada em diversos países durante o processo de avaliação de impacto ambiental. E tem como objetivo principal informar a sociedade das possíveis alterações em seu meio. No estado a participação pública no processo tem caráter informativo e consultivo, servindo de subsídio para tomada de decisão do órgão ambiental. Quais são os momentos de participação pública que a gente tem aqui no estado? A gente tem a consulta pública de termo de referência, primeiro momento é quando existe uma publicação daquele termo de licença, onde o empreendedor ele informa à população através de comunicação de jornal de que ele

requeriu a licença ambiental no órgão competente. Depois vem a consulta pública, o termo de referência, a audiência pública, referendo popular que pode ser solicitado ou não pela comunidade, conselhos e aí as comissões de acompanhamento. Conselho é o conselho de meio ambiente, o Conselho Regional do Meio Ambiente. E as comissões de acompanhamento a gente tem usado também em alguns tipos de licenciamento. E aí portanto da participação pública. A participação pública, ela está prevista no processo e tem alguns objetivos. O quê que o órgão espera fazendo esse momento de participação pública? Transparência acerca das ações sobre os projetos a serem licenciados. Captar expectativas e inquietações, quais são as preocupações daquela comunidade local, quais são as preocupações da população que está ali no entorno daquele empreendimento que está sendo prioritário no órgão ambiental. E o conhecimento ambiental, fortalecendo a participação da sociedade nas questões ambientais. Então a nossas expectativas eram que vocês mesmos estarem aqui mesmo hoje, tá? Agora vou passar a palavra para o representante da consultoria ambiental que vai apresentar o projeto.

LUCIANO ROSA COTA: Boa noite, pessoal. Sejam bem-vindos, que bom que vieram, apesar da chuva, essa brisinha, está um bom tempo para sair de casa, dar um passeio e a gente vai agora apresentar para vocês a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental, não é? Como ele foi feito, todas as datas, os resultados obtidos e o prognóstico da instalação e operação deste empreendimento no local onde ele está previsto. Depois que eu terminar essa apresentação aqui a gente vai ter uma pausa para o café, um lanche que vai ser servido, e vocês também terão a oportunidade para fazer as perguntas por escrito ou oralmente, tirando todas as dúvidas, ok? Muito bem. E rapidamente só apresentar as empresas envolvidas, a Empresa Transmissora Capixaba que é o empreendedor dessa subestação e linha de transmissão. É uma empresa criada com o objetivo único de operar esse empreendimento. E a consultoria ambiental responsável pelos estudos ambientais é a Azurit, da qual eu sou direto de meio ambiente. Para elaboração de um EIA/RIMA a gente compõe uma equipe multidisciplinar, com diversidade de profissionais, desde engenheiro civil, engenheiro ambiental, biólogos, geógrafos, geólogos, assistente social, todas as áreas do conhecimento para então fazer o estudo de impacto ambiental. Vocês vão ver na apresentação o envolvimento dessa equipe com todas as partes do processo. No começo aqui vou explicar rapidamente o que

uma subestação, o quê que é uma linha de transmissão, apresentar a descrição do projeto para vocês. Muito bem, a subestação é uma instalação elétrica responsável pela transmissão e distribuição de energia. E a linha de transmissão são os condutores através dos quais a energia elétrica é distribuída e transportada. Aqui a gente tem todas as etapas desde a geração de energia até a distribuição, importante a gente ter isso em mente para saber como é que o sistema na realidade funciona, como é que a energia chega até a nossa porta. Primeiro ela é gerada, por meio das várias formas de geração de energia seja por uma hidrelétrica, usina fotovoltaica, uma usina eólica, uma termoelétrica ou energia nuclear para gerar. E nessa fase da geração temos uma subestação associada, tá? Então transmissão de energia é feita entre uma subestação e a outra, essa aqui é uma linha de transmissão. Diferente de uma linha de distribuição que é essa da subestação até a porta da sua casa. E por que que é necessário todas essas etapas? Porque o tipo de energia que sai da geração é diferente do tipo da energia, na verdade é a mesma energia, mas a tensão é diferente, então precisa rebaixar essa energia para que ela possa chegar na porta da sua casa. Assim que funciona desde a geração até o sistema de distribuição. Apresentando o empreendimento, a gente tem uma foto característica de uma subestação, o título então é Subestação 345/138 kV porque essa aqui é a tensão que chega na subestação, que é uma subestação rebaixadora, e a energia que sai, sai com a tensão menor, pronta para chegar até nas residências e indústrias. Ela na verdade vai ser o seccionamento das linhas de transmissão de 345 kV Campos - Vitória e Campos – Viana, quem teve a oportunidade de ver ali o nosso banner exposto próximo à lista de chamada, a gente também vai apresentar aqui como é feito este seccionamento. Esse empreendimento não é um empreendimento que a Empresa Transmissora Capixaba resolveu fazer de livre e espontânea vontade, é um empreendimento planejado pela Empresa de Pesquisa Energética brasileira, ela tem um objetivo no planejamento de distribuição e geração de energia, não é, o Plano Decenal e é concessionado à Empresa Transmissora Capixaba para ser implantado no Município de Rio Novo do Sul. É como se fosse uma rodovia quando ela é privatizada. Esse empreendimento não é de propriedade eterna da Empresa Transmissora Capixaba. Ela tem a concessão desse empreendimento por trinta anos, ela vai explorar essa transmissão durante esses 30 anos e no final desse prazo ela devolve esse

empreendimento para o Governo. O Governo pode então reliciar ou operar. E a implantação da subestação e da sua linha de transmissão? Foram apresentados pela Empresa de Pesquisa Energética, neste relatório de 2014, no primeiro semestre, como a alternativa mais adequada para o atendimento do sul do Estado do Espírito Santo. Esse empreendimento, composto pela subestação pelas suas linhas de transmissão, vem auxiliar na distribuição e transmissão de energia, principalmente no sul do Estado do Espírito Santo, vai ter consequência até no Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia. Muito bem, quando se propõe a instalação de um empreendimento, tanto a Empresa de Pesquisa Energética quanto a Aneel – Agência Nacional de Energia, ela faz um estudo prévio antes de licitar o empreendimento. Ela propõe algumas áreas e também não só áreas específicas, mas também uma área de entorno aonde esse empreendimento vai ser instalado, não é? Então, isso envolve algumas alternativas de instalação do projeto. No caso da subestação esse local aqui ao sul da 101, foi enviada a proposta pela Aneel à época do relatório onde ela avaliou uma pequena localização dessa subestação. No entanto, quando a Empresa Transmissora Capixaba começa os estudos realmente para a instalação da proposta do local da subestação, ela começa a avaliar também não só a área proposta pela Aneel, mas também as áreas de entorno, para ver qual que é a melhor área. E tem área melhor área pior? Tem, a subestação é uma obra de engenharia. Então tem que levar em consideração todas as características de uma obra de engenharia. Se tem um local apropriado para a fundação, se aquele local é muito brejoso, se ele tem uma rocha aflorante, dependendo do tipo de estrutura que você vai colocar ali, não é? Então a área, viu-se que a área proposta pela Aneel, chamada aí de alternativa 1, estava localizada em uma área plana e rebaixada com potencial para alagamentos. Isso não era bom para poder fazer o empreendimento. O nível de terra, de aterro, de corte, para jogar para lá e poder criar a estabilidade necessária para o empreendimento, era muito grande. Começou-se a estudar uma outra opção, é esse local mais ao norte em que não existe a possibilidade de alagamento, é um solo muito mais favorável a instalação de um projeto de engenharia. Enquanto a gente estudava essa área, a gente identificou duas alternativas ali. Ali, na verdade, as áreas 2A e 2B é simplesmente uma questão de posicionamento da subestação que a gente teve direcionamento na saída da linha de transmissão. Realmente na, no direcionamento da

subestação, na saída da linha. Então são as três alternativas para a subestação. Muito bem. Para a linha de transmissão também foi feito o mesmo estudo. Existia então uma primeira alternativa nessa linha amarela, que foi proposta, aqui está a área da subestação e aqui está a área do seccionamento das duas linhas. Então a alternativa 1 ela fazia uma travessia no mineroduto da Samarco e a necessidade de estudos de fundações especiais. Já a alternativa 2, que é essa vermelha aqui, ó, a direção é a mesma e altera pouco o traçado, ela traz a necessidade também de uma estrutura especial e a formação de taludes devido ao vale que ela atravessa e também a necessidade de fundações especiais de custo elevado. Já a alternativa 3, vocês conseguem observar aqui que é essa preta, ela é baseada ambientalmente e economicamente, mesmo necessitando de uma torre especial ao final do seccionamento, os custos são reduzidos por envolver apenas o trecho final. Então essa alternativa 3 foi a alternativa escolhida. Na avaliação final, a gente embasou na alternativa 1, 2A e 2B, a alternativa 1 aquela proposta pela Aneel, e as outras duas alternativas estudadas pela ETC e aqui vocês podem ver, cada quadrinho recebe uma cor: verde a favorável, a amarela pouco favorável e a vermelha não favorável, que a alternativa 2B foi a mais favorável em termos econômicos e ambientais e de engenharia, que impacta a questão econômica. Vou falar um pouquinho então do empreendimento. Uma vez então que foi definida a alternativa mais viável, começou-se a trabalhar na caracterização do empreendimento. O município, estamos aqui em Rio Novo do Sul, essa subestação vai sair na linha de 138 kV Cachoeiro - Guarapari. A subestação terá unidade 345/138 kV pelo rebaixamento da linha em 345 kV Campos – Vitória, a subestação será operada em dois setores, sendo um de 345 kV e outro de 138 kV rebaixando a tensão. A faixa de servidão da linha de transmissão vai ser de 50 metros, essa faixa aqui, a gente vai ver um pouquinho mais para frente, há restrição de uso e ocupação. O comprimento dessa linha de transmissão é de 1,6 a 1,7 km, ela vai atravessar a BR 101 e vai interferir em três propriedades para instalação da SE e duas para instalação das LTs. A obra vai ter duração total de 21 meses, com possibilidade, dependendo de quando que vai ser iniciado o processo, podendo chegar a 18 meses. Vai ter um total de trabalhadores no pico da obra, esse pico será de três meses, onde a gente vai ter um máximo de 208 colaboradores e durante a operação do empreendimento, depois que a obra terminar, a gente vai ter um total de oito colaboradores diretos

operando a subestação e dando manutenção. Aqui então é o arranjo do empreendimento, nós temos a área da subestação, ok? As linhas de transmissão, são duas. E aqui onde ocorre o seccionamento das outras duas linhas, elas vão encontrar com as outras duas linhas que já chegam aqui e aqui. Aqui nós temos a localização, a BR 101 e a sede do município. Uma distância aproximada de 4 a 5 quilômetros. Aqui a gente tem um zoom da área da subestação, aqui a gente tem os postes que são feitos no terreno, para poder fazer a terraplanagem, em amarelo aqui são as áreas que servirão de empréstimo de material, solos. Essa área aqui é a área do canteiro de obras, vai colocar a área aqui durante a construção e vai ser desmobilizado para dar lugar aos equipamentos, não é? Aqui é a parte do acesso que vai ser criado da 101 para chegar no empreendimento e um detalhezinho aqui da organização das torres, não é? Todas essas inflexões aqui são a organização das torres. Ok. Muito bem, depois de caracterizado o empreendimento, para elaboração do estudo de impacto ambiental nós temos que definir a área de estudo. Que é onde nós vamos fazer os estudos ambientais, não dá para fazer no município inteiro e não dá para fazer só na área da casa de força. Então são definidas 3 áreas de estudo, geralmente na área diretamente afetada, a área de influência direta dos impactos ambientais e a área de influência indireta dos impactos ambientais. Essa área ela é delimitada de acordo com fatores ambientais ou até mesmo algumas estruturas que podem criar uma barreira que contém este impacto, como pode ser, por exemplo, uma BR, uma estrada de terra, um reservatório, o mar, dependendo da característica da região. Então aqui, só como ilustração, estas áreas estão bem descritas no estudo de impacto, a gente tem o exemplo aqui em roxo a área de influência direta do meio físico, e é coincidente com a área do meio biótico. O meio físico vai tratar dos solos, clima. E a área diretamente afetada do empreendimento que é essa área em verde, que é realmente onde ele vai afetá-lo diretamente. Acesso, subestação, linhas de transmissão e faixa de servidão, essa é área diretamente afetada pelo empreendimento. Bom, a próxima etapa e depois a gente vai frisar, locar a área do empreendimento, e analisar as áreas de estudo é verificar se onde a gente está querendo colocar aquele empreendimento existe alguma restrição ambiental já pré-estabelecida. O quê que isso quer dizer? Hoje tanto o governo federal, o governo estadual e até mesmo o governo municipal, já possuem bases oficiais que indicam a restrição ambiental ou de proteção ou áreas de interesse de proteção

futura, então áreas prioritárias para conservação, unidades de conservação já estabelecidas. E até mesmo por questão social, se você tem uma comunidade quilombola, uma terra indígena, todas essas áreas são consideradas de preservação social são áreas prioritárias na conservação. A gente tem aqui, a nossa área do empreendimento está bem distante de qualquer área restritiva de acordo com as áreas estabelecidas nas bases oficiais, não é? Aqui está o empreendimento e aqui as distâncias, 3 quilômetros, 10 quilômetros, 15, 13, 8, essas áreas marcadas aqui são áreas de interesse ambiental, como, por exemplo o Monumento Natural O Frade e a Freira, aqui do lado uma área prioritária para conservação e aqui a gente também tem uma área de preservação ambiental, ok? Então o nosso empreendimento não interfere em nenhuma área de interesse especial. Muito bem, nós então caracterizamos o empreendimento, nós colocamos nosso empreendimento nas áreas de interesse para indicar alguma restrição e agora nós vamos começar a analisar os seus impactos. Primeira coisa que a gente tem que fazer é tirar uma radiografia do momento, tirar uma foto do estado atual de conservação e as suas características da região onde se instalará o empreendimento. E para isso a gente vai fazer em três níveis, o biótico, o físico e o socioeconômico. O meio é a fauna e a flora, o meio físico o solo, o clima, as características da hidrografia, os recursos hídricos e o meio socioeconômico que é o social, são as pessoas, são as culturas e as tradições, não é? Depois de trazer esse diagnóstico, tirar essa radiografia, a gente então, com a caracterização do empreendimento somada a gente vai conseguir local o nosso empreendimento nessa caracterização e avaliar a questão do impacto que a região vai sofrer e a avaliação dos impactos ambientais. Por último a gente faz a proposta de programas e medidas que vão diminuir, mitigar ou eliminar esses impactos, esse é a função, essa é a função, primordial, principal do estudo de impacto ambiental, não é? A caracterização pelo diagnóstico, a identificação dos impactos e a proposta de diminuir e mitigar ou cancelar esses impactos. Vou falar um pouco rapidamente aqui sobre diagnóstico que foi feito, se alguém tiver interesse o relatório de impacto ambiental, o estudo está ali disponível, a gente tem bem detalhado as metodologias que foram utilizadas, todos os resultados, todas as espécies encontradas, todos os estudos que foram feitos. Basicamente o clima na região é o verão chuvoso e o inverno seco e frio, característico dessa região. A hidrografia na região do empreendimento a gente tem dois

cursos d'água principais, o córrego Capim-Angola e o ribeirão São Francisco. E a geologia, ou seja, as características do solo na região é uma área com grande variedade de rochas, que mostra que são favoráveis ao processo de intemperismo, ou seja, o desgaste natural das rochas e a formação dos solos, não é? Aqui um afloramento, só um exemplo e aqui o ribeirão São Francisco. A questão da hidrologia são água superficial e a água subterrânea, não é? A gente tem os aquíferos porosos capazes de reter muita água. Quem conhecem a região, aquela região que vai passar a linha, que a gente acabou deslocando a subestação para outro local, ela pode ser regiões de áreas brejosas, que você tem esse afloramento muito predominante. A geomorfologia no local de inserção do empreendimento é marcada por planícies e processos de perda de solo, resultante do pisoteio constante de gado nas áreas de pastagem. E a gente acaba tendo como característica aqueles terracetes não é, que são aquelas áreas de pasto, que são muito pisoteadas, que ocorre remoção da vegetação e favorece a instalação de processos erosivos. Como é que é feito o uso da terra predominante na região? Como todos conhecem, a região dominada por pastagem, presença de alguns cultivos, especialmente café e banana, as residências e comércio estão ao longo da BR 101, na região não tem nenhum núcleo urbano, a sede do município está muito próxima, não é? E poucos fragmentos de mata presente, de tamanho bem reduzido. A gente vê que nessa região o tamanho dos fragmentos é bem reduzido, geralmente associados à áreas de Reserva Legal, ou à áreas de difícil acesso para qualquer tipo de produção ou atividade econômica. A Espeleologia, que estuda as cavernas e as cavidades, não é? A Espeleologia é um ícone muito importante de todo o processo de licenciamento ambiental, não é? Na região de instalação do empreendimento não foram identificadas cavernas ou grutas. E a famosa caverna mais próxima é a gruta Maria aqui. Vale ressaltar que a área da subestação em si, a característica do solo, que a gente olhou no perfil lá do solo, tem aquele solo vermelho, ele é muito favorável à instalação de estruturas de engenharia, como a subestação. Aí a gente fez também a caracterização do meio biótico não é? Que é a vegetação e a fauna. E aqui a gente consegue ter uma visualização geral da área de inserção do empreendimento, que é dominada por pastagens, com poucos indivíduos arbóreos isolados. Isso favorece até a supressão de vegetação, até porque a linha de transmissão vai passar bem alto, então em nenhum dos casos vai precisar da supressão

da vegetação. O bioma em que tá inserido o empreendimento é o da Mata Atlântica, que é um dos mais importantes na conservação da natureza no mundo e ao mesmo tempo, é o bioma mais prejudicado no Brasil atualmente não é? É o que mais diminuiu de tamanho ao longo dos últimos 50 anos. Então atualmente esse bioma aqui encontra-se degradado, incluindo infelizmente o município de Rio Novo e toda sua região. Aqui é só a localização dos biomas brasileiros. Então rapidamente de novo paralelamente com o estudo de impacto ambiental, a gente vai trazer para vocês os répteis e anfíbios. Então os répteis são cobras e lagartos, não é? Então a gente só achou uma espécie de lagarto, a lagartixa, duas espécies de cobra, a jiboia e a cobra-d'água, uma espécie de jacaré, jacaré de papo-amarelo foi introduzido na região, ele não é característico daqui. E nenhuma das espécies encontradas é ameaçada de extinção, assim como os anfíbios, também não foram encontradas nenhuma espécie ameaçada de extinção. Para as aves a gente tem um total de 79 espécies registradas, algumas são espécies restritas de biomas da caatinga e cerrado, e algumas não são restritas dessas áreas, e até acabam migrando pra esses biomas. E os mamíferos a gente tem um total de 23 espécies identificadas, apenas a jagatirica corre risco de extinção e foi registrada por meio de entrevista, não é? Então de todas as espécies no meio biótico encontradas, nenhuma é ameaçada de extinção, com exceção da jagatirica, e as demais são espécies generalistas, de ambientes já degradados. Rapidamente uma caracterização do socioeconômica do município de Rio Novo do Sul, que fica na microrregião Litoral Sul e na macrorregião Sul, um total de 11.325 residentes, a gente apurou pelo senso de 2010 um crescimento de 47% do PIB total de 2010 a 2014, está um pouco acima da média do Brasil. A maior parte da renda está no setor de serviços, seguido pela administração pública e pela indústria. E a agropecuária é o setor que mais emprega pessoas, isso tudo de acordo com o censo do IBGE. E para a caracterização do meio socioeconômico, alguns de vocês aqui, devem ter percebido a presença da nossa equipe, não é? Com um questionário de percepção ambiental. Esses estudos de percepção ambiental, é uma série de entrevistas, que passam para os moradores para identificar qual a percepção que essas pessoas tem em relação ao meio ambiente na região em que elas estão inseridas. Então esse estudo foi feito com 35 moradores, moradores próximos, não é? De forma geral os entrevistados relataram que a implantação do empreendimento pouco irá interferir no cotidiano regional e pessoal. E a

expectativa é que com a implantação do empreendimento a região tenha uma condição melhor no diz respeito à transmissão de energia. Ok. Aqui rapidamente são alguns detalhes do diagnóstico participativo, participou a análise de percepções dessa comunidade, o ambiente está relacionado à preservação, os maiores problemas para eles são o desmatamento e a poluição do ar, os animais são difícil de ver nas áreas de pastagens, sendo mais encontrados nas matas. E quanto às matas, alguns acreditam que elas são preservadas, pois já foi desmatado tudo aquilo que era permitido. Então o que resta hoje é preservado, não é? E outros dizem que as matas não são muito preservadas, pois elas praticamente não existem, ou seja, o fato de ser um ambiente degradado, traz duas percepções: existe ambiente preservado, porque tudo que já tinha podia ser desmatado já foi, e não tem nada porque ficou ainda remanescente. E que depois é feito então um diagnóstico, é feito um prognóstico. O quê que é o prognóstico? Como é que essa área vai ficar em duas condições, se o empreendimento não vier a ser instalado e se o empreendimento vier a ser instalado, e faz a simulação. A gente faz um cenário o quê que vai acontecer com a economia, com o meio ambiente, com a região se o empreendimento não vier, se as condições se manterem, e traz para nós um cenário o quê que vai acontecer com a região se aquele empreendimento se instalar, não é? Então o cenário com a não implantação do empreendimento a gente tem que vai ter um aumento progressivo da demanda energética, e isso vai causar o quê? Uma sobrecarga nas linhas de transmissão no Sul do estado do Espírito Santo, que já ocorre desde 2016. Por isso a empresa de pesquisa energética identificou a necessidade desse empreendimento. Área de pastagens degradadas devido ao uso intensivo vão continuar a existir, e não se vislumbra melhoras na qualidade ambiental da região. Ou seja, o que existe hoje vai se manter, não é? Nem para pior, nem para melhor. No entanto, com a implantação do empreendimento, no decorrer da implantação e operação do empreendimento, vão ser realizadas a implantação de programas com benefícios permanentes, a geração de empregos diretos e indiretos, aplicação das medidas indicadas no estudo e relatório de impacto ambiental, assim como a melhora na qualidade do abastecimento de energia. Aqui um gráfico só representando aqueles 208 empregos es que vão ser gerados diretamente pelo empreendimento, ao longo dos 21 meses de obra. Aqui a gente observa então que esses 208 empregos diretos estão concentrados

aqui em dois, três meses no pico das obras. Por fim, no diagnóstico de impacto ambiental a gente vai identificar as unidades com potencial de gerar impactos, e os aspectos associados a essa atividade em cada fase do empreendimento. E por fim a identificação, análise, classificação e descrição desses impactos ambientais. E aí aqui estão as listas de todos os impactos ambientais que foram identificados para a instalação e operação da subestação e linha de transmissão de Rio Novo do Sul, tá? Então, a gente trouxe aqui separado por pelo meio biótico, físico ou socioeconômico. Então entre os impactos negativos estão a intensificação dos processos erosivos que já existem. E aqui logo na sequência a gente traz qual o programa que foi proposto para diminuir ou cancelar este impacto, que é o programa de recuperação de áreas degradadas. Ou seja, toda área que for intervinda pelo empreendimento vai ser recuperada. Então aqueles cortes de taludes que vai ser feito, corte de terreno que vai ser feito, faz com que essa área desenvolva um processo erosivo. Alteração da qualidade do solo, também impacto negativo, a gente tem o plano de gestão ambiental, a alteração na qualidade do ar tanto quanto o plano de gestão ambiental quanto o programa de compensação das emissões de gases regulares que vai propor plantio e a manutenção de algumas espécies arbóreas que podem absorver o gás carbônico que vai ser gerado pelos veículos que vão ser utilizados na obra. Potencial perda de indivíduos arbóreos, ou seja, aqueles poucos indivíduos arbóreos que ainda existem lá na região eles vão ser suprimidos e eles não vão existir mais, não é? Mas na verdade eles são muito poucos esses indivíduos e distribuídos ao longo de toda área do empreendimento. E a pressão sobre a fauna silvestre, ou seja, a gente acaba tendo com o aumento de pessoas na região, aquela fauna que existe ali, ela acaba dispersando para outras regiões, não é? Então a gente teve o programa de afungentamento e monitoramento da fauna e o plano de gestão ambiental. Outros impactos negativos, é a geração de expectativa na população. A própria audiência pública gera uma expectativa na comunidade, não é? Como, fazendo a divulgação, convidando a todos a participar. Muitos quando chegaram aqui sem saber do que se trata a audiência criaram uma expectativa, não é? Isso vai ser bom? Isso vai ser ruim? Isso é um impacto, já é uma fase do planejamento, a gente não teve nenhuma licença ainda e todos vocês estão aqui interessados nesse processo, nesse projeto. E ele pode ser positivo ou pode ser negativo, no caso aqui objeto explicativo vai acontecer ele é

considerado como negativo. Então a própria audiência pública é uma ação destinada a diminuir esses impactos, esclarecer a comunidade acerca do empreendimento. O programa de comunicação social deve ser feito durante a obra, não é, de informar toda a comunidade sobre quando a obra vai começar, quantos funcionários, onde está localizada, as ações que a obra vai fazer, quando vai começar a operar, quando que esse contingente de 150, 100 pessoas vai começar a ser mobilizada. E o programa de fornecedor, de priorização de fornecedores locais, ou seja, a previsão desse programa, a gente usar todos os fornecedores e a mão-de-obra no local disponível para tanto a construção quanto operação do empreendimento. A geração de ruídos, que é um impacto negativo que a gente tem programa de comunicação social e o plano de gestão ambiental para diminuir. As interferências no cotidiano da população também. Aqui determinando os impactos negativos o desaquecimento do mercado de trabalho, o que vai acontecer? Durante a obra vão ter 208 empregos, e quando terminar a obra vão restar apenas 8 empregos. O índice de acidente, que vão ter máquinas, vão ter veículos transitando na região então tudo isso vai ser sinalizado, essas vias vão ser sinalizadas, todos os operadores vão receber treinamento de segurança. E também vai ser divulgado junto à comunidade um plano de educação ambiental e comunicação social. E a restrição de uso nas faixas de servidão da linha de transmissão. Ou seja, que restrição é essa? Em 50 metros para cada lado da linha há uma restrição de uso, por exemplo, para construção de benfeitorias, você não pode plantar eucalipto abaixo daquela faixa de servidão, alguns outros grupos são permitidos, como cultura por exemplo de espécies que não atingem uma altura significativa, pastagem é permitida também, mas você não pode construir uma casa nova, ou alguma coisa que fique na faixa de servidão da linha de transmissão. Isso tudo vai no processo de audiência das entrevistas e vai ser amplamente divulgado no programa de comunicação social e no programa de educação ambiental que vai ser destinado tanto ao município e para a região de, e para a área diretamente afetada pelo empreendimento. Os impactos positivos, então a gente vai ter um incremento da economia local, não é? Querendo ou não durante esses vinte e um meses esses 208 funcionários vão gerar impostos e postos de trabalho na região. E também vai ter a arrecadação de impostos durante a prestação de serviço no município. O programa de comunicação, o programa de priorização de fornecedores vai incentivar todo esse

empreendimento, a gente vai ter um aumento da arrecadação municipal, como dito anteriormente, a geração de empregos diretos e indiretos, pelo programa de priorização de fornecedores, comunicação social, ou seja, quando a obra começar vai haver a divulgação de todos os postos de trabalho disponíveis, não é? Para que todo município e se não houve as pessoas possam assumir esses postos, possam vir dos municípios vizinhos, também vão ser avisados dessas análises. Lembrando que a prioridade é Rio Novo do Sul. O aumento da confiabilidade do sistema interligado nacional, ou seja, todo sistema de transmissão, esse é o propósito desse empreendimento, é garantir a manutenção e a segurança da transmissão e distribuição de energia no sul do estado do Espírito Santo. E geração de conhecimento sobre a região, em geral, e isso é muito importante, gosto de falar especialmente disso, pegando lá sou responsável pela elaboração do estudo, e isso é muito interessante para a gente porque a nossa equipe, temos ali quase quinze profissionais envolvidos são de um estudo desse, e que gerou conhecimento, gerou informação, informação muito importante pro município, conhecimento na região que vai ficar disponível, à disposição de toda a comunidade. E vai ser divulgado por meio de programa de comunicação social e pelo programa de educação ambiental. Lembrando, todos estes programas, todos estes programas são propostos, eles vão começar a serem implementados em alguns meses ou dias antes do início das obras, não é? Ou seja, quando a obra começar esses programas já vão estar operando para poder fornecer a comunicação necessária, a educação ambiental, compensação ambiental e recuperação das áreas degradadas, afungentamento e monitoramento da fauna. Todos esses programas coordenados pelo plano de gestão ambiental, o plano de gestão ambiental tem como objetivo coordenar todos esses programas, consolidar essas informações e enviar tudo ao órgão ambiental com ampla divulgação por meio do plano de comunicação social. Por fim, a área afetada pela implantação do empreendimento é utilizada principalmente ela pecuária, como a gente viu, que é o uso permitido na faixa de servidão. Os impactos negativos associados estão principalmente associados à parte de obra, não é?. A execução dos programas propostos ou vai potencializar os impactos positivos ou diminuir os impactos negativos, e eliminá-los. E os impactos positivos estão relacionados principalmente o aumento da confiabilidade do sistema de transmissão que a gente tinha em especial a região sul do estado do Espírito

Santo. Então ao final do estudo nós concluímos que partindo do diagnóstico, da caracterização inteira dessas áreas quando você adiciona a caracterização do empreendimento sobre o ponto de vista ambiental, socioeconômico, esse empreendimento pronto para ser instalado e ser operado sobre bases sustentáveis, ele é viável e ainda incorporado na região e nosso sistema nacional de energia. Gente, muito obrigado, caso alguém tenha alguma dúvida sinta à vontade para preencher o questionário ou então vim fazer uma pergunta oral logo após o intervalo.

GIULIANNA CALMON FARIA: São 20:07, faremos um intervalo de 15 minutos para elaboração de perguntas abertas. Informamos ainda que as perguntas poderão ser formuladas de maneira escrita ou oral. Os interessados em formular as perguntas escritas deverão preencher o formulário que se encontra à disposição no plenário, incluindo nome e endereço e a perguntas. E inscrições para perguntas orais deverão ter a palavra oral escrita, ou seja, não tem a necessidade de escrever a pergunta oral, tá? Só escrever oral que a gente vai saber. Vamos a um intervalo de 15 minutos e após retornaremos aos debates.

GIULIANNA CALMON FARIA: Pessoal, vamos retomar a nossa audiência. Pessoal, vamos retomar a nossa audiência. Nós convidamos à mesa agora, convidamos para compor a mesa e responder as perguntas, o diretor técnico do IEMA, senhor Décio Nora Ribeiro; o representante da Alupar, senhor João Procópio, e o representante da Azurit, senhor Luciano Cota. Informamos que ao terminar o tempo estabelecido de 30 minutos após o início das discussões, novas perguntas não serão mais feitas pela mesa. Lembramos que outros assuntos que não dizem respeito ao empreendimento não poderão ser questionados aqui nessa audiência. O término para o recebimento de perguntas será de 21h00. Por enquanto a gente só tem uma pergunta oral aqui na mesa, tem mais alguma com as meninas? Alguém mais recebeu alguma pergunta? Bom, já que a gente só tem uma pergunta oral aqui na mesa, inscrita, então a gente vai passar, vai iniciar com as perguntas orais mesmo, tá? Vamos iniciar pelas orais o senhor tem pergunta por enquanto? Senhor Hélio Carlos É isso mesmo? É Hélio Carlos? Oi? Hélio Carlos, né? A pergunta é oral. Vai passar o microfone para o senhor.

HÉLIO CARLOS: Boa noite a todos. Eu queria fazer uma pergunta ao senhor Luciano, porque o seguinte, a audiência pública, eu fui numa audiência pública em 2012, Paulo da

Gruta está aqui, ele pode confirmar, sobre a BR-101, sobre a duplicação. Isso foi em 2012. E o senhor Luigi, na época, que era o superintendente do DNIT da época, ele disse que 2017 a rodovia já estaria duplicada, e eu falei para ele que eu não acreditava, né. Por questões óbvias, porque no Brasil, naquela época, as obras paralisadas eram gigantescas, né? Então a pergunta que eu faço é a seguinte: é muito bonito o que o senhor expôs aí, mas está no papel. A pergunta que me preocupa é o seguinte, será que esta obra não será paralisada, assim, num determinado momento, abandonada, deixada de lado, e causar um problema danado para o município? Né? Essa é minha pergunta número 1. Falta 1 minuto, poxa bacana. Então, o seguinte, já tem recursos disponibilizados. O município terá garantia de que essa obra não será paralisada? E a segunda pergunta, o senhor falou sobre aumento de renda aqui no município, impostos, geração de emprego, uso da mão de obra local. Eu, por exemplo, vi ali sobre a mesa, já começou, por exemplo, dando um exemplo que isso pode não acontecer, de se utilizar mão de obra local, por quê? Os salgadinhos, por exemplo, por que não foram comprados, adquiridos aqui em Rio Novo do Sul? O senhor, ali já um exemplo para a gente, que realmente é coisa certa, não vai ficar na balela, né. Está entendendo? Isso aí que eu gostaria de...

LUCIANO COTA: Hélio, obrigado pela sua pergunta, e é uma preocupação totalmente pertinente. Todo brasileiro hoje, infelizmente, a gente, é difícil de acreditar qualquer proposta de estrutura no país e no estado. Bom, eu vou deixar para o João Procópio responder essa questão quanto à obra, quanto a realidade da obra, quanto aos recursos, como isso vai funcionar, porque ele é o diretor administrativo da ETC e ele tem todas as informações para fornecer. Quanto à questão da geração de empregos, impostos e fornecedores, até mesmo para essa data de audiência pública, a gente já esteve aqui antes para a elaboração dos estudos, e a gente acaba mapeando já alguns tipos de fornecimento, e quando a gente foi fazer a audiência pública a gente também faz esse mapeamento de fornecedores, para fazer toda essa estrutura aqui que vocês viram. Todas essas cadeiras aqui, é de fornecedor local, né. Agora, infelizmente, como a gente tem uma previsão solicitada para uma audiência pública para atender até 300 pessoas, então a gente não identificou que um fornecedor conseguiria fazer 2.500 salgadinhos em um dia. Aqui em Rio Novo do Sul. Este fornecedor só existia em Cachoeiro. Então, na

nossa atividade da audiência pública, a gente, tudo que a gente pôde trazer aqui na reunião a gente fez. Carro de som, as faixas, as cadeiras, nosso amigo Edgar também veio de Cachoeiro, porque não tinha aqui em Rio Novo do Sul uma estrutura de som, de gravação que a gente precisava, por obrigação ter, para fornecer para o órgão ambiental depois da audiência. Mas, sim, priorização é de fornecedores do município, isso vai ser dado. E, claro, se o município não conseguir absorver essa mão de obra, se a mão de obra é o tipo de especialização que o município de Rio Novo não conseguir atender, acaba que a gente começa a visitar os municípios vizinhos, porque isso é bom para o município vizinho, e o interesse é que as pessoas venham de perto, não venham de longe, né. Então esse é o interesse principal. E este programa, programa de priorização de fornecedores locais e mão de obra, ele é um programa que ele vai capacitar e vai identificar essas potencialidades. Ali no café, eu já tive uma abordagem de uma pessoa que tem interesse de trabalhar na obra, já peguei o contato dela, né? E, se tudo der certo, com o melhor planejamento do empreendedor e do próprio órgão ambiental que está muito empenhado nessa licença, nós temos aí um horizonte muito próximo de obras, né? É uma obra um pouco diferenciada, vou passar para o João Procópio, é diferente de uma licitação e de uma duplicação de uma BR, tá?

JOÃO PROCÓPIO: Oi, Hélio. A questão do empreendimento que você perguntou, a primeira pergunta sua. Eu concordo contigo. Nós tivemos muita coisa parada, ainda temos, né? O país infelizmente está com muita coisa parada. Nós estamos com um problema sério aí. Agora, especificamente nessa obra, tá, a nossa empresa já tem o recurso para começar, nós vamos começar assim que a gente tiver a licença ambiental, porque isso é fundamental. Os órgãos governamentais têm que ter a segurança que esse empreendimento não vai ter um impacto significativo, ou como estes impactos vão ser mitigados, mas os recursos estão aí, e nós somos obrigados a fazer. Se a gente não fizer essa obra até um determinado prazo, que vence mais ou menos em 2 anos, nós começamos a receber multas. E outra, só começamos a receber a receita desse empreendimento quando nós terminarmos de fazer. Então, quer dizer, é um interesse total da companhia de fazer esse investimento o mais rápido possível, assim que a gente tiver condição, tiver a licença ambiental para poder começar. Entendeu? Então, é claro que a gente vai trazer isso para... e não só temos este investimento, temos outros

investimentos que estamos fazendo também. Esse é um dos. Então a empresa é uma empresa saudável, é uma empresa grande. A gente não falou aqui, mas a ETC é uma empresa, quem é dono dessa empresa, é uma empresa grande, junto com um fundo de investimento grande, entendeu? E esse é um dos menores investimentos que nós estamos fazendo. Então você pode ficar tranquilo, esse investimento será feito, com certeza. Vocês vão ver, assim que tiver licença ambiental, início do ano que vem a gente começa a movimentação aí.

GIULIANNA CALMON FARIA: Pessoal, por enquanto a gente não tem mais nenhuma inscrição aqui. Tem mais alguém querendo fazer inscrição para perguntas? Tem alguém fazendo? A gente tem um tempinho ainda, então tem alguém fazendo inscrição aí. Pergunta escrita do senhor Marino Coelho. São duas perguntas. Uma: uma das linhas de transmissão passa próximo a uma mata, mata esta que é reserva legal da propriedade do espólio de Jair Paulo, desculpa eu não entendi o sobrenome, mas acho que esse nome é dele. Alteração pequena no traçado da linha pode evitar necessidade de supressão. Pode haver alteração da mesma? A segunda pergunta é: a propriedade onde será instalada a subestação possui passivos ambientais, sugiro que as compensações sejam realizadas na localidade.

LUCIANO COTA: Marino. Bom, aquela questão da reserva legal. Então Marino, levanta a mão, aquela questão da reserva legal, você está falando daquela mata no alto no topo do morro, né? A gente teve essa preocupação. Nós identificamos nos estudos que isso podia acontecer, afetar essa reserva legal, mas a linha não vai afetar. A torre tem uma altura suficiente para que aquela vegetação permaneça ali. E quando você pega a, como é que fala? A identificação desse trajeto da linha pelo Google Earth, dependendo do zoom que você dá, a distância que você vê, ela não interfere, está muito próxima da borda da reserva legal, mas ela não vai interferir. Primeiro que a linha de transmissão vai estar alta o suficiente para ela não interferir, para ela permitir aquela reserva legal, em baixo da faixa de servidão, e para garantir. A impressão que dá é que ela pega por conta da visualização, da projeção da linha no Google Earth, ela não vai pegar, não vai interferir. Isso foi um questionamento feito pelo IEMA para a gente e a gente respondeu, garantindo que isso não vai acontecer, não vai haver interferência em reserva legal. Quanto à área

da subestação, se eu entendi direito você falou que a área tem passivos ambientais? E seria interessante até ter essa informação, a gente não tem. O importante é a gente ver que tipo de passivo é esse, se é um passivo de contaminação, se é um passivo de área degradada, porque a gente sabe que a região ali possui umas áreas bem degradadas em função dos terracetes. Nenhuma outra alteração a gente conseguiu identificar em campo, mas se existe algum tipo de passivo documentado, autuado, e você quer se manifestar aqui? Ah, você vai conversar comigo depois, está ok. Quer falar?

GIULIANNA CALMON FARIA: Como a gente está com poucas perguntas, né, a gente vai abrir para a questão oral.

MARINO COELHO: Tá. Boa noite. A questão do passivo ambiental que eu coloco aí é a questão de APPs da propriedade não são recuperadas, né? Questão também da reserva legal da propriedade, ela já está inscrita no Cadastro Ambiental Rural, possui área de reserva legal formal, que hoje é pastagem, isso aí que eu me refiro a esses passivos.

LUCIANO COTA: Ok. Bom, a responsabilidade da ETC, assim que ela adquirir as áreas necessárias para a instalação da subestação, ela vai cumprir todas as obrigações legais, inclusive se couber recuperação, preservação dessas áreas que precisam ser preservadas. Querendo ou não, isso tem que ser avaliado, o restante da propriedade vai continuar de posse do proprietário, as aceitações cabem a ele, né, atender a legislação vigente e recuperar esses passivos. Então, a gente tem que avaliar até onde vai a responsabilidade da ETC aí nesse caso porque a propriedade que ela vai possuir é um pedaço daquela propriedade como um todo. Mas é uma informação muito importante, que a gente não tinha no momento, que deve ser incorporada ao estudo. Obrigado.

GIULIANNA CALMON FARIA: Tem mais alguma pergunta a ser feita? Acho que ele vai fazer mais uma. Ele vai escrever.

NELSIANDRO: Boa noite. É só para saber.

GIULIANNA CALMON FARIA: Por favor, se identifica. Tem que se identificar.

NELSIANDRO: Tá. Meu nome é Nelsiandro, sou residente em Minas Caixa. É só saber se depois que o empreendimento concluir, se gera royalties ou algum tipo de imposto para o município, esse tipo de empreendimento. Obrigado.

JOÃO PROCÓPIO: Obrigado pela pergunta. Esta atividade de transmissão de energia não tem royalty. Na verdade, o que gera todo o nosso, depois do empreendimento pode haver novos investimentos que podem agregar, oferecer ou os impostos advindos das atividades, né. Nós vamos estar com oito funcionários, tem compra de serviço, com prestadores de serviço no município, são os impostos normais, ISS, isso gera, entendeu? Mas não tem royalty. Não é atividade que dá direito a royalty.

GIULIANNA CALMON FARIA: Pessoal, eu só vou pedir a gentileza de quem quiser fazer perguntas, só escrever o nome no papel. Pode colocar manifestação oral, tá? É porque a gente precisa desses registros para manter toda a documentação organizada da audiência, tá? O senhor Hélio também vai fazer outra pergunta. Pode falar.

HÉLIO CARLOS: Minha pergunta agora é o seguinte, o senhor falou que a questão da nossa Mata Atlântica, Rio Novo do Sul parece que a cobertura vegetal é muito pequena, né? Esse empreendimento tem uma área de 100 metros, né? 100 metros, porque os 20 quilômetros, de repente, hein? 1 quilômetro e meio. A pergunta que eu faço é a seguinte, já que essa área não vai poder ser, reflorestada, né? Porque tem que ser mantido gramínea, queria saber o seguinte, se tem como essa mesma área correspondente, será, digamos assim, possibilitada de sofrer um reflorestamento, se a empresa poderia inserir, assim, fazer o reflorestamento novo nas áreas, correspondente a área que vai ser impossibilitada de ser reflorestada, né.

LUCIANO COTA: O processo de licenciamento ambiental, ele vai, dentro do rito do processo tem uma ação de compensação ambiental, né. Eu coloquei ali na apresentação, existe um programa específico que chama: "programa de compensação ambiental". Essa compensação, ela é feita, ela é definida pelo próprio órgão ambiental, vai analisar O nosso processo, a partir do fornecimento de informações que a gente fez para o órgão, uma série de questionamentos, um formulário que a gente preenche com todas as características, as espécies identificadas e quais dessas espécies são ameaçadas, endêmicas da Mata Atlântica, as possíveis, espécies raras, o estado de conservação da região que a gente está colocando o empreendimento todas as informações foram passadas para o órgão ambiental, e o órgão ambiental vai definir essa compensação. Interessante a manifestação aqui, porque pode ser uma forma que o órgão ambiental vai

direcionar esta compensação prevista no rito do processo de licenciamento. Cabe ao órgão ambiental avaliar se ele tem essa discricionariedade, essa liberdade, para atender alguma demanda da comunidade quanto a esse tipo de compensação, né. O que a gente vê no desenvolvimento da legislação da área é que a gente não pode prever, não sabe qual é a vontade do proprietário nesse ponto, se ele um dia quer usar a produtiva na fazenda ou recuperar a fazenda toda, mas a perspectiva é que não há nenhum tipo de plano para que isso ocorra naquelas áreas, onde vai ser o empreendimento. Querendo ou não, é um empreendimento muito localizado, né. A gente tem aí 1 km e meio de linha e uma área de subestação bem reduzida, ou seja, o impacto é muito pequeno e pontual. Então, a compensação, ela vai ser avaliada sob essa perspectiva também. Mas a sua contribuição é importante para o órgão ambiental avaliar isso aí dentro essa pergunta, ok?

DÉCIO NORA RIBEIRO: Isso, Maria quer fazer alguma colocação nesta parte de compensação? Você quer, você fala depois? Acrescenta.

GIULIANNA CALMON FARIA: Senhor Jocenei. É o senhor? Não, Jocenei Castelari é o vereador. Não, então, Jocenei Castelari está inscrito agora. Onde que é? As meninas estão ali.

JOCENEI CASTELARI: Boa noite a todos. A minha preocupação é que na minha comunidade, pelo que eu estou sabendo, essa linha vai passar por cima da minha comunidade, a comunidade da gente. Então eu gostaria de saber, tipo, se já sabe o local certinho e quais são as consequências que a minha comunidade pode ter.

LUCIANO COTA: Desculpa, é que eu realmente não consegui entender qual foi a pergunta. O som está...

JOCENEI CASTELARI: É porque eu moro numa comunidade aonde, pelo que eu saiba... é porque eu moro numa comunidade aonde, que eu saiba, vai passar a linha de energia por cima dela. E isso possa ser que pegue alguma residência embaixo dessa linha que possa atingir alguma coisa na nossa comunidade?

LUCIANO COTA: No caso deste empreendimento, que é da ETC, Empresa Transmissora Capixaba, não vai ter interferência em nenhuma residência, nenhuma casa, dentro daquele 1 km e meio de linha, aquela subestação não haverá nenhuma interferência. Eu

acho que você pode estar falando de outro empreendimento que vai vir futuramente, aí infelizmente nesse momento a gente não tem nem recurso para responder a sua pergunta. Que o estudo foi exclusivo deste empreendimento, neste caso não haverá nenhuma interferência e nenhuma benfeitoria, propriedade, em residência de qualquer tipo.

GIULIANNA CALMON FARIA: Senhor José Leandro Barros ah, desculpa. Elias, Elias, eu vou pedir para você fazer a manifestação no microfone, porque está gravando e a gente precisa dessa gravação para fazer transcrição. Por favor.

ELIAS ALBERTO MORGAN: Só para esclarecer, linha de distribuição é essa que nós temos na zona urbana, só muda a tensão às vezes. Linha de transmissão é essa que você vê, essas torres metálicas imensas, essa de fato não pode ter nada.

GIULIANNA CALMON FARIA: Elias Alberto do IEMA.

LUCIANO COTA: Desculpa, é Luciano. Agora eu entendi a pergunta, você me desculpe. Realmente o Elias está correto, a linha de transmissão são essas torres grandes, duas linhas, diferente da distribuição que eu fiz uma apresentação, comecei da apresentação eu mostrei a geração, transmissão e distribuição. Pode sim, você me desculpa, é porque eu não tinha entendido a pergunta.

GIULIANNA CALMON FARIA: Próxima pergunta, senhor José Leandro Barros. Pergunta oral.

JOSÉ BARROS: Bom, boa noite à mesa. Todos presentes aqui, boa noite. Vou fazer, acho que nem vai ser bem uma pergunta, né, para começar. Vendo o folder aqui, de o trabalho começa janeiro de 2018, né. E pelo mapeamento, esta extensão vem do estado de Minas, passando por outros municípios até chegar em Rio Novo né. Então dá para entender que em janeiro começa o trabalho. Isso em Rio Novo ou o início da transmissão dentro de Minas?

LUCIANO COTA: Eu estou achando que está havendo um pouco de confusão, que o empreendimento não é esse. A linha de transmissão, no caso aqui, ela vai da subestação até a outra linha, ela tem só 1 km e meio de extensão. A, essa linha que vai vir futuramente, não tem nada a ver com esse processo de licenciamento ambiental. Isso aí é

uma previsão, isso daí é um estudo que está ainda no início, muito inicial. Num momento oportuno a gente vai vir para uma mesma audiência, só que inclusive, como essa linha atua em dois estados diferentes, Minas e Espírito Santo, ele vai ser de responsabilidade do Ibama licenciar, aí não vai ser responsabilidade do IEMA, então em algum outro momento a gente vai ter uma audiência pública para tratar deste empreendimento especificamente.

JOSÉ BARROS: Quanto a questão do envolvimento de profissionais da área, e como se a área pública, trazer cursos e outras coisas para estar capacitando isso daí. A empresa tem alguma coisa que possa passar, né, ou o próprio órgão no caso o Senai, ou alguma outra instituição para estar capacitando esses profissionais da região?

JOÃO PROCÓPIO: Boa pergunta. A empresa, nossa empresa, tem uma política de social, quer dizer, nós podemos estar aqui ajudando, tanto na parte de treinamento no município, ou mesmo em programas sociais que já existem, entendeu? A gente tem uma política de em todo lugar que nós atuamos, a gente participa das atividades sociais, né, contribuindo com isso. A questão específica dos profissionais do empreendimento, se houver necessidade a gente geralmente quando contrata, promove o treinamento dessas pessoas, entendeu? Então isso vai ser tratado caso a caso, com certeza a gente vai priorizar os profissionais do município e da proximidade, tá?

LUCIANO COTA: Nessa fase do licenciamento, que a gente está discutindo a licença prévia, e a prioridade é aumentar o empreendimento, a gente faz as propostas dos programas, e esses programas vêm de forma resumida de impacto ambiental. A próxima fase do licenciamento, a licença de instalação, que a gente vai solicitar, esses programas que a gente propôs de forma resumida no EIA, ele vai vir de forma executiva num grupo que a gente chama “plano básico ambiental”, ele vai vir detalhado, ou seja, o programa de fornecedores e mão de obra local vai ser detalhado, como vai ser feito isso. Então antes do início das obras, por meio do programa de comunicação social, vai ser feita a divulgação dessas vagas disponíveis para o município, recebimento dos contatos, dos currículos, entrevistas, ou seja, com a intenção de absorver a maior quantidade de mão de obra possível, e aquela mão de obra que existe, mas ela não é totalmente capacitada, plenamente capacitada, aí vem o empreendedor e finaliza essa capacitação, faz essa

capacitação, seja a operação de uma máquina, seja numa aciaria, alguma coisa assim, entendeu? Se exigir assim, vai existir, e vai vir detalhado na próxima etapa.

GIULIANNA CALMON FARIA: Pessoal, por enquanto aqui na mesa não temos mais perguntas.

PREFEITO THIAGO FIORIO: Boa noite a todos presentes. Boa noite à mesa. Eu não vou cumprimentar um por um, por não estar conseguindo lembrar o nome, me perdoa. Quero cumprimentar a todos os munícipes presentes, quero cumprimentar todos os vereadores presentes, todos os secretários que atenderam ao convite e estão aqui presentes, municipais. Quero cumprimentar a todos os servidores, os servidores IEMA que se fazem presentes. Quero cumprimentar também a empresa, né, a ETC, e a Azurit, que é a empresa que está responsável pelo licenciamento ambiental. Bom, meu nome é Thiago Fiorio, sou prefeito dessa maravilhosa cidade de Rio Novo do Sul, e parece que as nossas orações estão sendo atendidas por papai do céu, porque uma cidade com orçamento de R\$ 27 milhões/ano, arredondando para 30, em 4 anos nós teremos um orçamento de R\$ 120 milhões, provavelmente nós vamos ter uma obra de, que representa mais do que o orçamento do município em uma gestão, né. Eu, se eu começar a fazer perguntas aqui, nós vamos ficar aqui a noite inteira, porque são muitas as perguntas que eu tenho para vocês. Algumas já foram respondidas, pelas perguntas dos colegas, e outras eu tenho certeza que serão respondidas hoje e ao longo do empreendimento também. Primeiro quero falar como prefeito da cidade, e dizer que Rio Novo do Sul passa a ser enxergado no cenário energético estadual com a vinda dessa subestação. Por vezes eu acompanho na comitiva estadual do governo do estado, com o governador, vice governador, secretários estaduais, e é notório que quando se diz em eficiência energética no estado hoje, na fala do governador do estado cita Rio Novo do Sul como a cidade que vai ser um polo energético aqui do sul do estado. Temos a situação da subestação, nós estamos aqui numa audiência pública, mas ainda há outros investimentos por vir, alguns colegas colocaram a pergunta que não diz respeito a esse investimento, diz respeito ao linhão a gente chama, né, que é o que está vindo de Mascarenhas, provavelmente, para vir para cá. Ocorre que, já está havendo um estudo nas comunidades e tudo o mais, de onde essas futuras torres desse linhão vão ser

instaladas, por isso que o vereador Jocenei, ele se confundiu, por isso que outras pessoas se confundiram, porque não se trata da subestação, e sim do linhão, que em outro caso, com certeza também haverá uma audiência pública para falar desselinhão. Na ocasião, nós estamos falando da subestação de energia e de um pequeno trecho, que vai da subestação até o encontro da linha já existente. Eu quero deixar algumas perguntas aqui, tanto para o IEMA, tanto quanto para a empresa. Primeira consideração de que, de que esse investimento é muito bem-vindo pela cidade, mas desde que nós saibamos aproveitar. E desde que haja uma proximidade entre IEMA, que é o órgão fiscalizador, uma proximidade entre a empresa e o poder executivo municipal, que é a prefeitura de Rio Novo do Sul, e junto com o legislativo também. Por quê? Nós podemos observar que se não houver essa proximidade, uma obra dessa pode vir, pode ser realizada, Rio Novo pode de repente nem ver isso acontecendo, isso ser instalado, operado e nós não conseguirmos aproveitar ao máximo o impacto positivo que essa obra vai nos trazer. Então quero deixar a prefeitura de portas abertas para que quando tiver outros eventos, quando tiver outras situações, que vocês também batam na porta da prefeitura e pergunte à gestão atual se nós conhecemos alguém que faça 3 mil salgadinhos, porque muitas vezes eu não sei qual é o banco de dados de vocês de consulta. Às vezes perguntar para alguém da gestão, Gabrielly está ali, a Jéssica, estão ajudando vocês e todos os secretários aqui, pegue o nosso telefone. Numa próxima reunião, nós temos um empresário aqui hoje que poderia dar muito bem, com todo respeito, com todo carinho a empresa Edgard Baião, que faz um trabalho maravilhoso, mas temos o Marcelo aqui da nossa cidade, que poderia estar fazendo um trabalho maravilhoso também. Então, assim, o momento é esse. Nós temos esse investimento, nós temos outros investimentos, nós estamos recebendo investimentos aqui que, se nós formos somar o ISS que vai gerar, vai dar quase que mais um quinto ano. Que Deus nos abençoe, que esses investimentos realmente venham para cá. Que os impactos sejam o menor possível, e que os benefícios sejam os maiores. Feitas as considerações, eu tenho algumas perguntas, assim, mais de ordem técnica. Aqui diz, eu vou colocar as perguntas, aí depois eu me retiro e aí vocês respondem, tudo bem? Aqui diz que a previsão para o início das obras é em janeiro de 2018, não é isso? Está no cartaz aqui. Mas aí nós estamos discutindo um procedimento necessário ao licenciamento ambiental, para termos a primeira licença das três, não é

isso? Temos a licença prévia, a licença de instalação e a LO, a licença de operação. Nós estamos aqui discutindo para termos aprovado o EIA/RIMA para ter a primeira licença, a LP, certo? A dúvida que eu tenho é o seguinte, para início das obras eu penso que é LO, não? Aí você me corrige, né. LI, licença de instalação, a do meio, né? Só que nós não ainda temos LP. A minha dúvida é: vamos conseguir IEMA, vamos conseguir no sentido de ver acontecendo. A empresa vai conseguir LP e LI até janeiro, sendo que nós já estamos em novembro? Essa é a primeira pergunta. A segunda pergunta é a seguinte, mais direcionado para a parte da empresa. Eu queria que vocês falassem, esse investimento, a subestação de energia, há uma previsão de uma ampliação dessa subestação? Ou essa subestação vai ser instalada, vai ter uma ampliação e tudo mais? Há uma previsão de ampliação? E a outra pergunta para a empresa é que ela pudesse esclarecer quanto que ela calcula, em quantos milhões de reais vai ficar todo esse primeiro investimento. Então só reformulando, primeira pergunta aí para o IEMA, para o órgão, né, fiscal, fiscalizador, é: conseguimos, a empresa vai conseguir LP e LI a ponto de cumprir o cronograma para janeiro? Pergunta para a empresa: se haverá uma expansão dessa subestação, se haverá uma ampliação e quantos milhões isso representa? Essas três perguntas eu deixo, porque se eu for começar a fazer muitas perguntas, a gente não sai daqui hoje não. Boa noite a todos. Obrigado pela palavra, obrigado pela presença de todos e a atenção de todos. Uma boa noite.

GIULIANNA CALMON FARIA: Obrigada. A gente encerrou as inscrições, tá? Para novas perguntas. Vamos passar às respostas, por favor.

LUCIANO COTA: Vou responder parte do questionamento do prefeito. Obrigado por sua contribuição. Depois vou passar a palavra aos demais. Notem que essa data, prefeito, está no folder na ETC e não na apresentação do órgão ambiental. É uma expectativa, sim, é uma expectativa muito grande. A gente vê um empenho muito grande do próprio IEMA, trabalhando junto com a consultoria, com o empreendedor. É muito bom ter isso. Essa própria audiência aqui, o trâmite que ela tomou, com reuniões prévias, a apresentação da Juliana antes, que a gente vê como licencia outros empreendimentos em outros estados, vê que nesse ponto o IEMA tem um diferencial de trabalhar bem próximo, não gosta de surpresas, de a gente chegar aqui e falar: "Olha isso aqui, opa", não. Está

sempre alinhado com a consultoria e com o empreendedor, isso é bom. E de certa forma, em alguns momentos isso sim traz agilidade e eficiência para o processo. Mas o prazo final quem vai falar é o IEMA mesmo, e aí vai atender os prazos deles, nós vamos trabalhar nos nossos prazos para que isso saia o mais rápido possível.

DÉCIO NORA RIBEIRO: Começando pela primeira pergunta. Quando ela termina, ela analisa a viabilidade do empreendimento pretendido para cada local. A LP não permite o início de obra, não permite a movimentação do terreno. Me parece que houve uma pequena confusão aqui, você falou da LO, né? Então, a LI, então a LP sendo aprovada, ela vai ser dada a LI, isso mesmo, entendeu? Com a LI é que o empreendimento pode começar a ser operado, entendeu? Agora, quanto ao prazo, eu vou pedir para a Maria dar o parecer aqui.

MARIA SEPULCRI SALORI: Maria, do IEMA. Como ele explicou, a LP então vai dar viabilidade ambiental ao empreendimento, e essa LP, ela saindo ela traz uma série de condicionantes ambientais. Essas condicionantes ambientais de LP é basicamente o detalhamento dos programas ambientais. Então ele apresentou aqui quais seriam os programas ambientais, os programas, esses programas, eles vão estar detalhados em cada condicionante ambiental. A empresa apresentando os programas e o IEMA analisando e aprovando todos eles, é possível então a emissão da licença de instalação e então o início das obras. Então a gente, o prazo é um pouco complicado porque vai depender de todo esse trâmite processual. Vai depender da empresa apresentar os programas adequados, analisarmos e a emissão da licença.

JOÃO PROCÓPIO: Bom, obrigado, prefeito, pela pergunta. Nós estamos tratando aqui do licenciamento ambiental, mas eu vou passar um pouquinho e falar sobre o investimento, com essas duas perguntas suas. Primeiro em relação às ampliações, né? E depois em relação ao volume de investimento. A ETC é uma empresa do grupo Alupar. Alupar é uma empresa hoje que tem em torno de, operando já, 4 mil, em torno de 4 mil e 700 km de linhas de transmissão no Brasil todo, desde o sul até no norte, é uma empresa grande, faturamento hoje próximo de R\$ 2 bilhões/ano. Quer dizer, nosso amigo lá, agora nós vamos explorar um pouquinho mais, ele pode entender um pouco mais o que eu disse, né? As linhas de transmissão são leiloadas, tá? O governo define aonde que precisa da

linha, aonde que vai colocar subestação, tem todo um estado energético, balanço energético, e ele define isso que leva trechos de linha ou subestações, ou linhas de subestações para serem leiloadas, né? A Alupar entrou nos últimos leilões, né? A gente constitui empresas separadas, porque é uma obrigação nossa trazer isso para conseguir financiamentos, são empresas de propósitos específicos que a gente chama. A ETC é uma empresa de propósito específico, ela só existe para construir a subestação, ela só existe para isso, ela não vai fazer mais nenhum investimento, mas o grupo que está por trás dela, é o grupo que só investe em linha de transmissão e de geração de energia, entendeu? Então nós hoje, nos últimos leilões, nós estamos com uma linha, se você for emendando os trechos dela, sai do sul da Bahia, passa por Governador Valadares, e chega aqui em Rio Novo do Sul. Só que são trechos. Uma é a subestação do Rio Novo do Sul, a outra sai de Rio Novo do Sul e vai a Governador Valadares. Esse é um outro trecho, que também vai sofrer o mesmo processo de licenciamento ambiental, nós vamos ter que cumprir as condicionantes, entendeu? Nós vamos ter que evitar passar em reservas legais, nós vamos ter que evitar passar perto de cavernas, entendeu? De afetar a comunidade, de afetar animais que estão, eventualmente estejam em extinção. Então esse processo que está começando agora, desse outro trecho. Então a gente chega à sua pergunta: esse outro trecho, além da linha de transmissão, essa linha de transmissão que nós temos, essa subestação que nós temos 345 kV, que é a voltagem, nós temos em casa 110, né? O que nós estamos falando aqui, 345.000 volts. Nós temos 110 volts, fazendo 345 mil volts. Essa linha que vem descendo e chega aqui, ela é de 500 mil volts, e vai chegar também justamente para atender tanto o sul do Espírito Santo como o norte do estado do Rio. Por que o norte do estado do Rio? Porque essas duas linhas que já passam aqui, elas vem do norte do estado do Rio, então a energia pode circular para baixo ou para cima, depende de quem está demandando essa energia. Então, os investimentos virão em seguida, assim que a gente obter, tiver licença ambiental do outro empreendimento, a gente também inicia. A gente acredita que eles vão vir em cadeia, tá? Assim que acaba um, a gente deve começar a construção do outro. Não é o IEMA que está licenciando, é o IBAMA, porque passa por dois estados. Bem, nesse primeiro investimento, essa subestação de Rio Novo Sul, os investimentos são da monta de R\$ 140 milhões. Agora, como que é dividido isso? E a gente para deixar as expectativas

bem colocadas, boa parte desse recurso são em equipamentos, e os equipamentos vão vir de fabricantes de outras regiões. O que vai concentrar aqui? São os serviços, tá? Nós vamos ter desses R\$ 140 milhões, uma parte disso é serviço. Eu não sei precisar exatamente quanto é, mas, é uma parte significativa, é de serviço. E esse serviço vão ser prestado lá, hoje mesmo eu já rodei aqui olhando hotéis, tem o escritório que nós vamos alugar, as primeiras providências vão ser escritórios, aonde que a gente vai alojar nosso pessoal, se tem hotel, se precisamos de alugar casa, e aí tem um monte de coisa que tem que ser estabelecida. Então, com certeza vamos concentrar e vamos seguir essas orientações, vamos bater na sua porta para perguntar que tipo de serviço que tem, porque para nós, além de a gente ter uma relação boa com a comunidade, isso é importante para a nossa política, a outra, economicamente é muito mais interessante contratar as pessoas daqui, porque eu vou deslocar pessoas de fora? Eu quero as pessoas que já moram aqui. Vamos pensar em termos econômicos, se eu deslocar uma pessoa, trazer alguém de fora, vou ter que arrumar hospedagem, alimentação. Se a pessoa mora aqui, eu não tenho esse custo. E o meu impacto disso, até para a comunidade, é enorme, trazendo gente de fora. Então isso é uma prioridade por dois motivos, primeiro porque queremos uma relação boa, nós vamos ficar aqui 30 anos, não é pouco tempo, né? Eu não vou ver acabar, antes disso eu já fui, né? 30 anos. Então, isso é... então eu acho que, eu não queria, eu não quero criar uma grande expectativa, mas vai trazer muito recurso para a cidade e boa parte desse recurso vem de fora mesmo, que são as contratações, algumas mão de obras também muito especializadas, engenheiro que vai fazer a instalação do sistema, descrever o controle, não tem aqui. Eu vou ter que trazer de fora, não adianta. O cara que faz o ajuste na chave seccionadora, não dá. Agora, aquele que vai montar a ferragem, aquele que vai fornecer o cimento, vai fornecer areia, né? Aquele que vai fazer a mão de obra, eu tenho certeza que a gente vai contratar, entendeu? Então é mais ou menos isso. Respondida sua pergunta? E estou à disposição, qualquer coisa. Está aqui meu cartão, pode me ligar, tá?

GIULIANNA CALMON FARIA: Temos aqui a Marlene inscrita para pergunta. Já estava inscrita? Não, se for fazer oral é no microfone. Ou vai fazer pergunta.

MARLENE DECOTÉ TELLES: Não, eu só, o que eu ia dizer, na verdade o prefeito já até disse, da nossa alegria de poder ser construída aqui no nosso município uma subestação. Eu não me apresentei, meu nome é Marlene, eu sou a secretária de educação, e o nosso município, ele é um município que arrecada muito pouco, e essa subestação vai representar muito para nós. Não só para a educação, mas para o município de um modo geral. Então, não sei se eu serei a última pessoa a falar, mas a minha palavra é de agradecimento. Quando o prefeito me disse, falou dessa possibilidade, eu disse para ele: “Thiago, no dia que você assinar algum documento, o dia que começar a perfurar o solo, fazer a terraplanagem, qualquer coisa assim, nós temos que agradecer muito a Deus, porque isso foi um presente de natal para os nosso munícipes, para Rio Novo do Sul”. Não é Wellington? Então, gente, a minha palavra é de agradecimento, e vamos pedir a Deus e torcer para que essa obra inicie logo, que dê tudo certo na questão ambiental, e só temos mesmo, a minha palavra é de agradecimento.

LUCIANO COTA: Marlene, só reforçando rapidamente, tanto você em sua fala, quanto na do Thiago, muito bom ter essa parceria com a prefeitura. A gente faz um trabalho realmente de pesquisa, no município, às vezes a gente não consegue identificar todos aqueles, né. E a gente teve ótimas referências da Jéssica, da Gabrielly que tão aí trabalhando com a gente, e a gente promete que nas próximas etapas a gente vai trabalhar ainda mais próximo para poder realmente, se houver algum fornecedor, né, de trabalhar com vocês nessa etapa. Muito obrigada.

GIULIANNA CALMON FARIA: Serão recebidas manifestações adicionais por escrito sobre o empreendimento no IEMA até o dia 24 de novembro de 2017, prazo final dos 10 dias uteis para manifestação. A ata, lista de presença e perguntas realizadas nesta audiência estarão à disposição no instituto estadual de meio ambiente e recursos hídricos, Rodovia 262, km 0, pátio porto velho em Cariacica, a partir do dia 24 de novembro de 2017, ou seja, 10 dias uteis contados a partir de hoje. Neste mesmo dia, a ata dessa audiência também se encontrará disponível do site do IEMA, www.iema.es.org.br. Estiveram presentes nessa audiência 55 pessoas. Solicitamos cinco voluntários para assinarem a ata, e passarei a palavra ao representante do instituto estadual de meio

ambiente e recursos hídricos, senhor Décio Nora Ribeiro para encerrar essa audiência. Boa noite a todos.

LUCIANO COTA: Pessoal, só queria fazer um lembrete aqui, antes do Décio encerrar. Aqueles que utilizaram transporte que a gente disponibilizou lá no Zucoloto e no empadão, posso ver se alguém utilizou o transporte? Porque vai ter o retorno agora. Não? Tá, porque aí nós vamos colocar as duas vans então para retornar com a equipe técnica do IEMA. Muito obrigado pela presença de todos.

DÉCIO NORA RIBEIRO: Em nome do IEMA, eu queria agradecer pela presença e pela participação de todos aqui. Eu acho que a apresentação foi bastante elucidativa, né? Ficamos satisfeitos, porque entendemos que esse projeto é um projeto muito importante, não apenas para a região, pelo potencial que ele pode trazer, mas para o estado também, principalmente para região, e pela acolhida que está tendo. Desejo a todos um bom retorno aos lares, boa noite e obrigado.